

**INDISSOCIABILIDADE EM MOVIMENTO: PRÁTICAS EXTENSIONISTAS E PESQUISA APLICADA EM TERRITÓRIOS RURAIS****INSEPARABILITY IN MOTION: EXTENSION PRACTICES AND APPLIED RESEARCH IN RURAL TERRITORIES****INSEPARABILIDAD EN MOVIMIENTO: PRÁCTICAS DE EXTENSIÓN E INVESTIGACIÓN APLICADA EN LOS TERRITORIOS RURALES**<https://doi.org/10.56238/ERR01v10n3-017>**Telma Regina Stroparo**

Doutora em Geografia

Instituição: Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

E-mail: [telma@unicentro.br](mailto:telma@unicentro.br)**RESUMO**

O artigo propõe uma reflexão teórica sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como método formativo e fundamento epistemológico da universidade pública brasileira. Em oposição à fragmentação curricular e à centralidade tecnocrática na formação acadêmica, defende-se que a indissociabilidade deve operar como eixo articulador entre conhecimento, território e transformação social. Apoia-se teoricamente em autores como Boaventura de Sousa Santos, Miguel Arroyo, Darcy Ribeiro, Catherine Walsh, Edgar Morin e Paulo Marcelo Sampaio Paula, com ênfase nas noções de justiça cognitiva, currículo integrador, práxis formativa e função pública da universidade. Discute-se que a efetividade desse princípio exige metodologias ativas, reestruturação curricular e compromisso institucional com a produção de saberes plurais, situados e comprometidos com o respeito às realidades e aos conhecimentos locais. Conclui-se que a indissociabilidade, compreendida como método, contribui para a formação ética, crítica e socialmente referenciada, reposicionando a universidade como agente de transformação.

**Palavras-chave:** Indissociabilidade. Universidade Pública. Formação Crítica. Justiça Cognitiva. Currículo Integrador.

**ABSTRACT**

The article proposes a theoretical reflection on the inseparability of teaching, research and extension as a training method and an epistemological foundation for Brazilian public universities. In opposition to curricular fragmentation and technocratic centrality in academic training, it argues that inseparability should operate as an articulating axis between knowledge, territory and social transformation. It is theoretically based on authors such as Boaventura de Sousa Santos, Miguel Arroyo, Darcy Ribeiro, Catherine Walsh, Edgar Morin and Paulo Marcelo Sampaio Paula, with an emphasis on the notions of cognitive justice, integrative curriculum, formative praxis and the public function of the university. It is discussed that the effectiveness of this principle requires active methodologies, curricular restructuring and institutional commitment to the production of knowledge that is plural, situated and committed to respecting local realities and knowledge. The conclusion is

that inseparability, understood as a method, contributes to ethical, critical and socially referenced training, repositioning the university as an agent of transformation.

**Keywords:** Indissociability. Public University. Critical Education. Cognitive Justice. Integrative Curriculum.

## RESUMEN

El artículo propone una reflexión teórica sobre la inseparabilidad de la enseñanza, la investigación y la extensión como método de formación y fundamento epistemológico de las universidades públicas brasileñas. En oposición a la fragmentación curricular y a la centralidad tecnocrática en la formación académica, sostiene que la inseparabilidad debe operar como eje articulador entre conocimiento, territorio y transformación social. Se basa teóricamente en autores como Boaventura de Sousa Santos, Miguel Arroyo, Darcy Ribeiro, Catherine Walsh, Edgar Morin y Paulo Marcelo Sampaio Paula, con énfasis en las nociones de justicia cognitiva, currículo integrador, praxis formativa y función pública de la universidad. Se argumenta que la efectividad de este principio requiere metodologías activas, reestructuración curricular y compromiso institucional con la producción de conocimiento plural, situado y comprometido con el respeto a las realidades y saberes locales. Se concluye que la inseparabilidad, entendida como método, contribuye a una formación ética, crítica y socialmente referenciada, reposicionando a la universidad como agente de transformación.

**Palabras clave:** Indisociabilidad. Universidad Pública. Educación Crítica. Justicia Cognitiva. Currículo Integrador.

## 1 INTRODUÇÃO

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui um dos pilares da universidade pública brasileira, conforme preconizado pelo artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que estabelece que as universidades públicas devem obedecer a este princípio, significando que as três dimensões devem ser integradas e articuladas de forma inseparável, servindo como base para a formação acadêmica e o compromisso social da universidade. Tal orientação reforça a ideia de uma educação superior que vá além da sala de aula, conectando a produção de conhecimento acadêmico às necessidades e realidades da sociedade (Carbonari; Pereira, 2007; da Silva, 2020; Gonçalves, 2015).

Desta forma, este artigo propõe compreender a indissociabilidade não apenas como princípio constitucional, mas como método formativo em movimento, articulando saberes teóricos e práticos em territórios rurais por meio de metodologias ativas e pesquisa aplicada. O estudo é vinculado ao projeto “Transformação Digital e Ecosociodesenvolvimento: Agroecologia, Inovação Social e Capacitação Sociotécnica para a Sustentabilidade Econômica da Agricultura Familiar”, vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras (USF-SETI/PR), vinculado do Grupo de Pesquisa NuTSDS (UNICENTRO/CNPq).

Do ponto de vista teórico, o artigo apoia-se no pensamento de Boaventura de Sousa Santos, especialmente no que tange à ideia de uma extensão dialógica. Segundo este autor, “no século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão (Boaventura de Sousa Santos, 200, p. 64-65). Mais adiante, propõe uma “extensão universitária ao contrário”, na qual – em vez de simplesmente levar a universidade para fora – busca-se trazer outros conhecimentos para dentro da universidade, promovendo um diálogo genuíno entre saberes acadêmicos e populares (Boaventura de Sousa Santos, 2005)

Apoia-se também nos escritos de Miguel Arroyo, Darcy Ribeiro, Catherine Walsh, Edgar Morin e Paulo Marcelo Sampaio Paula, com ênfase nas noções de justiça cognitiva, currículo integrador, práxis formativa e função pública da universidade.

No cenário brasileiro contemporâneo, essa visão se traduz na busca por “uma extensão dialógica e comprometida com as culturas locais”, superando abordagens assistencialistas e estabelecendo uma relação de mão dupla em que a universidade ensina e aprende com a comunidade. Sob tal prisma, a extensão deixa de ser apenas difusão de técnicas ou conhecimentos prontos e torna-se um processo de construção compartilhada de saberes, em que teoria e prática se informam mutuamente.

No contexto dos territórios rurais, a extensão universitária desempenha um papel estratégico ao promover a aproximação entre saberes acadêmicos e conhecimentos locais, contribuindo para a

construção de soluções contextualizadas e socialmente relevantes (Dai et al., 2024; Ongachi; Belinder, 2025)

A relevância do estudo em territórios rurais dá-se não apenas na difusão do conhecimento técnico-científico, mas, sobretudo, na escuta ativa, no reconhecimento da diversidade epistêmica e no fortalecimento das capacidades locais. Ao articular ensino, pesquisa e extensão, a universidade pública se torna agente de mediação entre demandas sociais e processos formativos, impulsionando práticas sustentáveis, inovação sociotécnica e valorização das identidades camponesas. Dessa forma, a extensão territorializada rompe com lógicas unidirecionais de transferência de saber, estabelecendo vínculos de reciprocidade e coformação com as comunidades, essenciais para a justiça cognitiva, a equidade territorial e o desenvolvimento rural emancipatório.

Neste viés, tem-se ainda a curricularização da extensão, também conhecida como creditação (curricular) da extensão, que trata-se de estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentada pela Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, estabelecendo que as ações de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular dos cursos de graduação, conforme matriz curricular.

Cabe ressaltar que a Resolução nº 7 MEC/CNE/CES traz uma nova conceituação para a Extensão Universitária, em seu Art. 3º assevera: “Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da educação e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente como o ensino e a pesquisa” (Brasil, 2018)

Ademais, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP também prevê articulação entre atividades de extensão, ensino e pesquisa deve integrar-se ao currículo e à organização da pesquisa, compondo um processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), cujo objetivo é discutir, promover e fortalecer a política de extensão universitária no Brasil, articulando as atividades de ensino, pesquisa e extensão como partes indissociáveis da formação acadêmica e da responsabilidade social das universidades também assevera sobre a extensão universitária: “...é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012).

Nogueira (2000) cita as diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, pactuadas no FORPROEX, como sendo: Interação Dialógica;

Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; Impacto e Transformação Social

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza teórica e abordagem qualitativa, ancorado em uma revisão narrativa e analítico-crítica da literatura, com o objetivo de discutir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como método formativo e político na universidade pública.

A opção por uma abordagem teórica justifica-se pela necessidade de aprofundamento conceitual sobre os fundamentos epistemológicos e pedagógicos que sustentam a indissociabilidade como eixo estruturante da formação universitária crítica e socialmente referenciada. A construção do referencial teórico partiu da seleção de autores clássicos e contemporâneos que tratam das seguintes categorias analíticas: formação crítica, justiça cognitiva, currículo integrador, universidade pública, pedagogia transformadora, saberes situados e função social do ensino superior. As buscas bibliográficas foram realizadas em bases nacionais e internacionais, com destaque para Google Scholar, Scopus, SciELO e Web of Science, utilizando combinações booleanas dos seguintes descritores em três idiomas (português, inglês e espanhol): *indissociabilidade universitária, ensino-pesquisa-extensão, universidade pública, justiça cognitiva, epistemologias do sul, formação crítica, currículo integrador, extension education, cognitive justice, transformative education, public higher education, saberes locais, pedagogía crítica, vinculación con la comunidad*, entre outros.

A análise da literatura orientou-se por uma perspectiva crítica, buscando identificar convergências teóricas, lacunas estruturais e potencialidades transformadoras associadas à efetivação da indissociabilidade como método educativo e epistemológico. O critério de seleção dos textos privilegiou publicações acadêmicas que dialogam com contextos latino-americanos e abordagens contra-hegemônicas de educação, especialmente aquelas que situam a universidade como agente de justiça social e democratização do conhecimento.

## 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui um dos fundamentos normativos e epistemológicos da universidade pública brasileira, consagrada legalmente desde a Constituição Federal de 1988. Entretanto, sua efetiva operacionalização enquanto prática pedagógica e organizacional ainda encontra entraves institucionais, curriculares e epistemológicos (Camargos, 2023; da Silva, 2020; Gonçalves, 2015)

Boaventura de Sousa Santos (2010) propõe que a universidade do século XXI seja atravessada pela lógica da pluralidade epistemológica e da justiça cognitiva. Para o autor, é preciso romper com a monocultura do saber científico, reconhecendo formas de conhecimento historicamente marginalizadas, especialmente aquelas produzidas nos territórios populares, camponeses e indígenas. A indissociabilidade, nesse sentido, representa não apenas um princípio organizacional, mas um instrumento de ruptura com a colonialidade do saber, ao articular ensino, pesquisa e extensão como instâncias de diálogo entre diferentes racionalidades.

Neste viés, Miguel Arroyo (2004) oferece uma leitura complementar ao defender a formação como práxis. Para o autor, a formação universitária deve ser compreendida como um processo de constituição política dos sujeitos em relação com os territórios que habitam. Nesse processo, a extensão não é um simples canal de aplicação do conhecimento, mas um espaço de produção coletiva, conflitiva e situada de saberes. Esses conceitos também estão presentes nos escritos de Darcy Ribeiro (1971) que já antecipava esse entendimento ao formular o conceito de "universidade necessária". Em sua visão, a universidade deve se orientar pelas demandas populares, pela realidade nacional e por um projeto autônomo de desenvolvimento sociocultural. Para tanto, a indissociabilidade não pode estar dissociada de um projeto político comprometido com a formação de sujeitos históricos. A função da universidade seria, nesse marco, contribuir para a superação das desigualdades e para a emancipação dos grupos sociais historicamente excluídos.

Catherine Walsh (2009), ao discutir a justiça cognitiva e as epistemologias do Sul, reforça a necessidade de uma reconfiguração profunda das formas de produção e circulação do conhecimento. Segundo a autora, é imprescindível que a universidade pública se abra ao diálogo com saberes locais, comunitários e ancestrais, construindo relações de reciprocidade entre o conhecimento acadêmico e os modos de vida dos territórios. Nesse sentido, a indissociabilidade torna-se também uma estratégia de descolonização epistêmica.

Edgar Morin (2000), com sua proposta de um pensamento complexo, contribui para o questionamento da fragmentação disciplinar que ainda estrutura boa parte dos currículos universitários. Sua abordagem enfatiza a necessidade de articular saberes, conectar contextos e formar sujeitos capazes de compreender os fenômenos de forma integrada. A indissociabilidade, nesse contexto, é compreendida como uma resposta à lógica reducionista e como via para a construção de currículos transversais e integradores.

Por fim, Paulo Marcelo Sampaio Paula (2013) contribui com a ideia de que a extensão universitária deve ser tratada como dimensão estruturante da cultura universitária, e não como atividade acessória. Ele defende que a indissociabilidade só se realiza plenamente quando a extensão

é compreendida como parte constitutiva dos projetos pedagógicos, com potência para ressignificar as relações entre conhecimento, sociedade e formação.

Em conjunto, esses referenciais sustentam a compreensão da indissociabilidade como mais do que um arranjo institucional: trata-se de uma opção política e epistemológica que orienta a universidade na direção da formação crítica, do compromisso territorial e do respeito aos conhecimentos e às realidades locais — especialmente aquelas vividas nos territórios rurais, onde o diálogo entre saberes e a transformação social se tornam ainda mais urgentes e necessários.

No contexto brasileiro, a extensão universitária foi reconhecida como um processo acadêmico essencial para a formação cidadã e técnica dos estudantes (Camargos, 2023; Canavesi; Bianchini, [s. d.]; Gadotti, 2017) Essa abordagem coloca os estudantes como protagonistas de sua formação, ao mesmo tempo em que fortalece o vínculo entre a academia e as comunidades locais. A diretriz de indissociabilidade reafirma que ações de extensão ganham maior efetividade quando vinculadas ao ensino e à pesquisa, permitindo que os envolvidos – alunos, professores e comunidades – atuem como agentes de transformação social.

Entretanto, a implementação desse modelo enfrenta desafios significativos, especialmente em territórios rurais (Landini, 2014). A extensão rural no Brasil exige abordagens institucionais que considerem variáveis como inclusão produtiva, agroindústrias familiares e a construção social de mercados (Landini, 2014; Stroparo, 2025; Stroparo, 2023)

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A compreensão da indissociabilidade como um elemento dinâmico e transformador nas práticas universitárias em territórios rurais requer, primeiramente, o entendimento de suas bases conceituais, sua trajetória histórica e seu respaldo legal no Brasil.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é caracterizada como "um processo multifacetado de relações e de correlações que busca a unidade da teoria e da prática". Esta concepção, conforme defendida por Rays (2003), é crucial para superar uma cultura acadêmica historicamente fragmentada, direcionando a formação universitária para uma perspectiva humana integral.

As reflexões apresentadas na fundamentação teórica apontam para a necessidade de reposicionar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como eixo estruturante da formação universitária, especialmente em contextos territoriais rurais. Extensão rural é um processo educativo inserido na comunidade, enquanto assistência técnica não possui esse caráter educacional, de acordo com Peixoto (2008).



A partir da revisão crítica da literatura, emergem três grandes eixos de análise: (1) a indissociabilidade como prática formativa crítica; (2) a territorialização da universidade pública; e (3) a valorização dos saberes locais e a justiça cognitiva como fundamentos de uma pedagogia situada.

O primeiro eixo evidencia que a indissociabilidade, compreendida como método, transcende a organização institucional e exige uma reestruturação curricular baseada na interdisciplinaridade, na integração entre teoria e prática e na centralidade dos sujeitos no processo formativo. Essa abordagem desafia os modelos tecnicistas e conteudistas que ainda prevalecem em muitas estruturas curriculares. Ao serem articuladas, as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão operam como dispositivos de formação integral, comprometida com a realidade concreta dos estudantes e com os territórios em que estão inseridos.

O segundo eixo se refere à territorialização da ação universitária. Os autores analisados reforçam que a universidade pública deve assumir sua função social em diálogo direto com os contextos em que atua. Nos territórios rurais, marcados por desigualdades históricas, baixa presença institucional e riqueza de saberes tradicionais, a indissociabilidade torna-se um princípio de justiça territorial. É por meio da escuta, da presença física e da continuidade dos vínculos que a universidade pode romper com lógicas de extensão verticalizada e estabelecer relações de coformação com as comunidades locais. Conforme argumentam Hall e Tandon (2023), a extensão crítica deve se comprometer com “ações pedagógicas de escuta ativa, reciprocidade e reconhecimento da legitimidade dos saberes comunitários” (p. 6), deslocando o eixo do conhecimento da universidade para os territórios onde se constroem resistências e alternativas.

O terceiro eixo diz respeito à valorização dos saberes locais. Conforme destacam Santos e Walsh, a indissociabilidade, quando operada sob a perspectiva da justiça cognitiva, permite o reconhecimento de epistemologias historicamente marginalizadas, sobretudo nos espaços rurais. As práticas agrícolas, as tradições comunitárias, a oralidade, os modos de vida camponeses e indígenas não são apenas objetos de estudo, mas fontes legítimas de produção de conhecimento. Hall e Tandon (2023) defendem a construção de “pluriversidades”, onde múltiplos sistemas de conhecimento coexistem em diálogo, substituindo a hierarquia epistêmica pela interculturalidade crítica. Ao integrar tais saberes aos processos formativos, a universidade contribui para sua preservação e atualização, ao mesmo tempo que amplia sua própria capacidade de resposta social.

Embora o presente artigo não se baseie em uma experiência empírica específica, os referenciais analisados convergem para um horizonte pedagógico e político que reposiciona a indissociabilidade como prática viva e comprometida com a transformação social. A incorporação dos territórios rurais como espaços legítimos de produção de conhecimento e intervenção formativa representa não apenas



um avanço epistemológico, mas também uma exigência ética para as instituições públicas de ensino superior.

Assim, os resultados teóricos deste estudo sustentam a tese de que a indissociabilidade, quando compreendida como método, opera como uma força integradora entre universidade e território, entre teoria e prática, entre saber acadêmico e saber local. Esta integração, mais do que desejável, é indispensável para uma formação universitária enraizada, crítica e transformadora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, quando concebida como princípio epistemológico e ético, ultrapassa sua função normativa para configurar-se como instrumento de transformação social e democratização do conhecimento. No contexto da universidade pública brasileira, especialmente frente às desigualdades históricas e estruturais que marcam os territórios rurais, essa articulação adquire contornos ainda mais desafiadores e urgentes. Este artigo buscou refletir, de modo teórico e crítico, sobre a potência formativa e política da indissociabilidade, defendendo seu reposicionamento como método de construção de saberes enraizados, dialogais e socialmente referenciados.

A análise fundamentada na literatura especializada, especialmente nas contribuições de autores como Santos, Walsh, Hall e Tandon, permitiu identificar que a indissociabilidade crítica não se resume à coexistência institucional de ações, mas exige a construção de currículos territorializados, práticas pedagógicas integradas e valorização dos saberes pluriepistêmicos presentes nas realidades locais. A valorização dos territórios rurais como espaços legítimos de produção de conhecimento e de atuação universitária reforça a necessidade de uma universidade que escute, reconheça e dialogue com os sujeitos historicamente marginalizados, contribuindo para uma reforma curricular que seja, simultaneamente, cognitiva, política e social.

Por fim, reafirma-se que a extensão universitária, quando articulada ao ensino e à pesquisa de forma crítica e territorializada, tem o potencial de fomentar práticas emancipatórias, fortalecer a justiça cognitiva e promover o reconhecimento de epistemologias silenciadas. A indissociabilidade, neste horizonte, deve ser compreendida como um compromisso permanente da universidade com os territórios que a sustentam, com a pluralidade de saberes que os compõem e com a urgência de formar sujeitos capazes de transformar a realidade em que vivem.

## AGRADECIMENTOS

O projeto é financiado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI/PR), por meio do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF/PR), cujo apoio tem viabilizado as ações extensionistas e a formação sociotécnica desenvolvidas no âmbito deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. Ofício de Mestre: Imagens e autoimagens. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta a Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49 50. Disponível em: portal MEC. Acesso em: 07 jun. 2025
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta a Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Seção 1, p. 49 50. Disponível em: portal MEC. Acesso em: 07 jun. 2025
- CAMARGOS, G. H. S. Extensão Universitária e o Desenvolvimento Rural. Interagir: pensando a extensão, [s. l.], n. 35, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/interagir/article/view/62822>. Acesso em: 7 jun. 2025.
- CANAVESI, F. de C.; BIANCHINI, V. Inovação Na Agricultura Familiar No Contexto Da Extensão Rural E Da Transição Agroecológica. [s. l.],
- CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. Revista de Educação, [s. l.], v. 10, n. 10, 2007.
- DA SILVA, W. P. Extensão universitária: um conceito em construção. Revista Extensão & Sociedade, [s. l.], v. 11, n. 2, 2020.
- DAI, Z. et al. Influence of university agricultural technology extension on efficient and sustainable agriculture. Scientific Reports, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 4874, 2024.
- DAVIS, K. How will Extension Contribute to the Sustainable Development Goals. Journal of International Agricultural and Extension Education, v. 23, n1, 2016.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus –AM, Maio, 2012
- GADOTTI, M. Extensão universitária: para quê. Instituto Paulo Freire, [s. l.], v. 15, n. 1–18, p. 1, 2017.
- GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. Perspectiva, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 1229–1256, 2015.
- HALL, B; TANDON, R. Extension as epistemological decolonisation: building pluriversities in South Africa. Agriculture and Human Values, v. 40, art. 5, 2023.
- LANDINI, F. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. Ciência Rural, v. 45, p. 371-377, 2014.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

ONGACHI, W.; BELINDER, I. Agricultural extension as a pathway to livelihood diversification and sustainable development in rural communities: a systematic review. BMC Agriculture, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 6, 2025.

PAULA, P. M. Extensão universitária: práxis e emancipação. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 4, n. 2, p. 19-30, 2013.

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. 2008.

RIBEIRO, D. A universidade necessária. 3. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1971.

SANTOS, B S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2010.

SETI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. Programa Universidade Sem Fronteiras. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br>. Acesso em: 07 jun. 2025.

STROPARO, T. R.; FLORIANI, N. Blockchain in Agroecological Certifications: Innovation and the Challenges of Socio-Environmental Autonomy in the Face of Technological Colonization. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 18, n. 11, p. e010016–e010016, 26 nov. 2024.

STROPARO, T.R. Território, agroecologia e soberania alimentar: significações e repercussões sob a égide decolonial. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 13, n. 39, p. 462-472, 2023.

STROPARO, T.R. Socio-Technical Imaginaries and Techno-Social Territories: Connecting Sustainability and Open Innovation In Agroecology. Revista de Gestão Social e Ambiental, v. 19, n. 3, p. 1-17, 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e colonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2009. p. 57-97.